

Governo pode usar IR para reduzir encargos da dívida

JORNAL DE BRASÍLIA

26 MAI 1998

Público

Davi Zocoli

O Governo deve reduzir o Imposto de Renda (IR) sobre os fundos de renda fixa para permitir uma queda maior nas taxas básicas de juros. Com isso, a equipe econômica também abre espaço para diminuir as despesas do setor público com o serviço financeiro de suas dívidas.

A medida, em estudo há pelo menos um mês no Ministério da Fazenda, será adotada gradativamente. A intenção é reduzir pouco a pouco o Imposto de Renda e observar a economia que esse corte vai provocar no lado das despesas com juros, adiantou uma fonte da equipe econômica.

A redução do Imposto de Renda ainda tem a resistência do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, mas já conta com o apoio de outros setores do Governo. Segundo técnicos do Ministério da Fazenda, a diminuição do tributo "certamente será adotada de forma gradual", como de costume nas decisões adotadas pela equipe econômica. O objetivo emergencial do Governo é reduzir a conta de juros do setor público, que chegou a R\$ 49,8 bilhões no resultado acumulado dos últimos 12 meses encerrados em fevereiro.

Risco

Na opinião dos diretores do Banco Central (BC), esse corte na tributação dos fundos de renda fixa (FIFs, sobretudo) é "um assunto da competência restrita do Ministério da Fazenda", mas, se adotado, permitiria a redução do déficit público e, por extensão, do risco que o Brasil representa hoje para os investidores.

Passado o pior da crise asiática e com as reservas superiores a US\$ 74 bilhões, o Banco Central pretende se preocupar cada vez menos com a rentabilidade do chamado cupom cambial - que define o tamanho do ganho obtido pelos investidores estrangeiros no Brasil. Essa orientação, inclusive, já vem sendo adotada pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

A diretoria do Banco Central



EVERARDO Maciel: resistência à redução do Imposto de Renda

concluiu que, atualmente, os juros altos representam um desestímulo maior ao capital estrangeiro que vem para montar negócios no País (devido aos custos e riscos embutidos) do que um estímulo aos investidores preocupados com o tamanho dos juros que remuneram o capital volátil. Por isso, a Taxa Básica do BC (TBC) de 21,75% ao ano, definida na semana passada pelo Copom, já seria menor do que o piso estabelecido pelo cupom cambial, segundo especialistas.

Mudança

A redução do Imposto de Renda sobre FIFs, a ser formalizada nos próximos dias, pode inclusive inviabilizar a mudança na forma de tributação desses

fundos, prevista para o dia 1º de julho. De acordo com o pacote fiscal de novembro do ano passado, a incidência do imposto, cuja alíquota foi fixada em 20%, passaria a ocorrer sobre a valorização diária das cotas de cada fundo, reduzindo com isso o ganho do investidor e aumentando os custos para as instituições financeiras. Custos que, aliás, acabam sendo repassados, em última instância, para o setor público, maior devedor do País.

Os técnicos do Ministério da Fazenda ainda estão avaliando a possibilidade de alteração do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cuja cobrança também estaria inflando as taxas de juros internas, da mesma forma que o Imposto de Renda.